



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

AGENDA SINDICAL PARA O DIÁLOGO SOCIAL

Num quadro em que se inicia uma mudança de políticas, seguindo um rumo que se afasta gradualmente da política de austeridade seguida nos últimos anos, o exercício do diálogo social, e sobretudo da concertação social, pode e deve conhecer um novo fôlego e um novo dinamismo na definição do que deverão ser as opções estratégicas para o País.

A UGT regista positivamente o início de um processo negocial na CPCS com esse objectivo, tendo o Governo traçado um calendário, consensualizado com os parceiros sociais, para a celebração de um acordo que visa estabelecer uma “Agenda para o desenvolvimento económico e social de médio prazo”.

A UGT considera ainda positivo que, pela primeira vez, o Governo tenha envolvido a concertação social na fase de preparação do Programa Nacional de Reformas, abrindo a porta à possibilidade de integrar a visão e os contributos de empregadores e trabalhadores neste documento estratégico.

No entanto, a UGT deve expressar a sua preocupação pelo cancelamento de algumas reuniões e pelo adiamento do arranque da discussão de matérias como a política de rendimentos, a regulação do mercado de trabalho e o combate à precariedade, a negociação colectiva e a segurança social, previsto inicialmente para o primeiro trimestre de 2016.

Com efeito, até ao momento, apenas foi encetada a discussão em torno de matérias de natureza mais económica (competitividade, internacionalização e financiamento das empresas) que, sendo essenciais, não apenas não responde a várias das preocupações centrais da UGT, expressas nos nossos documentos reivindicativos, como inibe, de alguma forma, uma discussão mais transversal e integrada dos desafios com que o País se confronta.

Por outro lado, assistimos a repetidas referências, no discurso político, à necessidade de certas reformas ou mesmo à tomada de medidas em matérias que estão no âmago da actividade sindical e da concertação social, sem que tenha havido um envolvimento efectivo dos parceiros sociais.

No passado, ficou já claro que a concretização de reformas por via do diálogo social produziu bons resultados, existindo um património de confiança, de trabalho e de construção de consensos que não ser ignorado mas antes preservado e incentivado no nosso espaço democrático.

A UGT entende que é fundamental acelerar o processo de diálogo na concertação social, e mesmo a nível sectorial, de forma tripartida e bipartida, e defende que, em matérias como a regulação do mercado de trabalho e o futuro da segurança social, uma discussão com os parceiros sociais deve ser assumida como incontornável.

Nesse sentido, consideramos importante, neste momento, deixar claras as nossas principais posições, quer quanto a algumas questões mais imediatas e pontuais quer quanto às opções para uma discussão de fundo naquelas matérias, de forma a dar um primeiro contributo para essa mesma discussão.

UMA AGENDA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A dinamização da negociação colectiva continua a ser uma reivindicação central da UGT.

Após 4 anos de bloqueios e constrangimentos vários impostos à livre negociação entre trabalhadores e empregadores, e num momento em que o Governo assume uma mudança de políticas - com uma mais forte aposta no crescimento, no emprego, no aumento do rendimento dos portugueses e no reforço da coesão social -, não podemos pensar em muitos instrumentos que tenham um efeito mais efectivo para esses fins que a negociação colectiva.

A contratação colectiva deve assim assumir uma necessária transversalidade no quadro de uma estratégia para o futuro e isso mesmo a UGT afirmou, nomeadamente face a uma primeira versão do Programa Nacional de Reformas em que esta matéria estava ausente.

Não deve aliás ser esquecido que a existência de uma negociação colectiva eficaz e de um diálogo social permanente é central não apenas para o sector privado, mas também na esfera das Administrações Públicas, em que o Estado tem especiais responsabilidades enquanto empregador.

E, nesse quadro, a UGT deve expressar a sua preocupação face à fragilidade e, nalgumas áreas governativas, face a uma quase inexistência de processos de diálogo social e de envolvimento das estruturas sindicais.

A dinamização do diálogo social deve assim merecer especial atenção por parte dos responsáveis governativos, tendo presente que certos sectores, como o da Educação, necessitam de uma acção

imediate, quer pela verificação de calendários apertados para a tomada de decisão quer pelos impactos que essas decisões têm na vida dos alunos, profissionais da educação e em milhares de famílias (v.g. quanto à preparação do próximo ano lectivo).

A UGT quer ver a matéria da negociação colectiva na agenda urgente da Concertação Social, registando-se que o Governo tem revelado disponibilidade para a mesma, com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a lançar um repto aos parceiros sociais para que nos entendamos sobre esta matéria, deixando uma (quase) total margem de manobra.

Os parceiros sociais patronais, revelando disponibilidade para aquela discussão, têm vindo a reivindicar uma estabilidade legislativa, que nunca desejaram no passado, recusando algumas alterações que se nos afiguram fundamentais para encetar um caminho de correcção dos desequilíbrios introduzidos – sempre em desfavor dos trabalhadores - e até mesmo para o relançamento da negociação colectiva.

A UGT lutará por uma alteração do quadro actual da negociação colectiva e defenderemos o alargamento dos prazos de sobrevigência e caducidade das convenções, a total retirada dos obstáculos à emissão das portarias de extensão (única matéria que merece consenso entre os parceiros sociais), a prevalência da negociação sectorial e a necessidade de combater a excessiva individualização da relação de trabalho, repondo equilíbrios que consideramos essenciais ao relançamento dos processos negociais.

Mais, a UGT considera ainda que é urgente iniciar uma discussão séria sobre o fim dos regimes transitórios, excepcionais e imperativos que continuam a subsistir, nomeadamente por via do Orçamento do Estado.

É necessário que o Governo apresente um plano de “saída” exaustivo de um quadro que encontra hoje pouco ou nenhum fundamento, que continua a impôr soluções penalizadoras dos rendimentos e das condições de trabalho e de vida, gera incerteza para trabalhadores e pensionistas e, inclusivamente, constitui um entrave à negociação conduzida pelos sindicatos, quer no sector público, quer no sector empresarial do estado, quer no privado.

A retoma do normal pagamento do trabalho suplementar, a valorização das carreiras, a supressão da proibição de progressões são o exemplo de que é necessário e possível avançar mais amplamente no caminho da reposição e valorização dos rendimentos dos portugueses, eixo central da política que o Governo vem prosseguindo e essencial para sustentar o crescimento da economia e o crescimento do emprego.

Outras medidas não deixarão porém decerto de exigir um calendário que poderá ser menos imediato, atendendo à continuação de um contexto em que os rendimentos do trabalho são ainda profundamente atingidos, nomeadamente pelo elevado nível de impostos.

A manutenção dos pagamentos de subsídios em duodécimos, que vem permitindo um reforço – mesmo que artificial – dos rendimentos mensais de muitas famílias, quer salários quer pensões, minimizando os efeitos da carga fiscal, poderá revelar-se pertinente.

No entanto, a UGT não aceitará a perpetuação de uma situação em que tal forma de pagamento seja opcional para uns e obrigatória para outros, solução que se nos afigura geradora de uma injustificada desigualdade.

Nesse sentido, e podendo aceitar a manutenção de tal medida no curto prazo, a UGT sustenta que a possibilidade de opção deve existir para todos os trabalhadores, no sector público e privado, no activo ou reformados.

E, sobretudo nos sectores mais marcados nos últimos anos pela incerteza nos rendimentos, com a reposição total de cortes a verificar-se apenas no último trimestre deste ano, tal opção deverá ser realizada de forma informada, pelo que se nos afigura essencial que exista informação prévia aos trabalhadores e pensionistas sobre os impactos no seu rendimento mensal da opção entre pagamento em duodécimos e nos termos normais.

A urgência de algumas destas discussões, porventura de carácter mais conjuntural, não nos podem fazer esquecer os problemas de fundo que há muito marcam o nosso mercado de trabalho, como a precariedade excessiva e ilegal ou o défice de qualificações dos trabalhadores, que continuam a ser questões-chave para a promoção de condições de trabalho e de vida dignas e para o sucesso de uma estratégia de crescimento e competitividade para o País, reconhecidas há muito por sucessivos Governos, incluindo o actual, mas em relação às quais estamos longe de atingir os patamares desejáveis.

E não esqueceremos igualmente a necessidade de discutir de outras medidas gravosas, muitas delas gratuitas pelo efeito marginal na competitividade do País e que também provocaram instabilidades no seio da negociação colectiva. Tal foi nomeadamente o caso da redução do período de férias no sector público e privado, que importa reverter.

Numa nota final, a UGT deve assinalar que este será um processo que desejamos que seja participado por todos no seio da Central, porque a negociação colectiva é dos sindicatos.

Não poderemos assim deixar de realizar uma reflexão sindical, designadamente sobre algumas questões que poderão decidir o quadro em que a negociação colectiva, e os equilíbrios entre esta e a legislação, se operará no futuro. Teremos assim de pensar sobre questões como o avanço no sentido de um sistema de relações laborais mais integrado e a não continuação de condições que penalizam quem negocea e aqueles que suportam os custos dessa negociação.

Todas estas matérias deverão ser objecto de diálogo social, seja ele bipartido ou tripartido, devendo porém a UGT expressar aqui de forma clara que, após um período de retrocessos sociais profundos, não estará disponível para acordos em que sejam colocados novamente em causa os direitos dos trabalhadores.

A UGT reitera ainda que considera indispensável que, em todos os Ministérios de forma transversal, o Governo não esqueça a sua especial responsabilidade enquanto empregador e assuma o diálogo, a negociação e a vontade de construir soluções conjuntas com os sindicatos como a sua matriz política de actuação, abandonando as práticas isolacionistas que vêm sendo adoptadas em algumas áreas de governação.

SEGURANÇA SOCIAL. POR UMA DISCUSSÃO SUSTENTADA, TRANSPARENTE E CREDÍVEL.

A sustentabilidade e a necessidade da eventual reforma da Segurança Social são temas que têm recorrentemente aparecido no discurso político, nem sempre de forma congruente e consequente, o que não deixa de exigir, da parte da UGT, uma tomada de posição relativamente a uma matéria central para os trabalhadores e para o próprio rumo que queremos para o nosso Estado de Direito Democrático.

A UGT regista positivamente as recentes declarações do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, proferidas nomeadamente em sede de concertação social, relativas à necessidade de, antes de mais, assegurar uma efectiva estabilidade do sistema, de forma a garantir um necessário quadro de confiança, de previsibilidade e de retoma de uma situação de normalidade da protecção social que deve ser conferida a todos os beneficiários.

Esta é uma afirmação que a UGT subscreve, atendendo nomeadamente a que as repetidas alterações unilaterais introduzidas nos últimos anos minaram a confiança dos cidadãos, pilar basilar de todo o sistema.

A UGT há muito que defende que uma qualquer eventual da reforma da Segurança Social deve ter duas condições impreteríveis: a apresentação de uma análise séria que fundamente a sua necessidade e a discussão dessa reforma em sede de concertação social.

No entanto, temos presente que, mesmo nesse quadro, subsistem distorções no sistema que continuam a colocar em causa essa mesma relação de confiança dos cidadãos com a Segurança Social e que exigirão uma discussão mais imediata entre o Governo e os parceiros sociais e de que a imprevisibilidade da idade legal de reforma é o exemplo mais notório.

Por outro lado, a crise económica, financeira e do emprego dos últimos anos colocou em evidência uma necessidade há muito sentida: a da diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social.

Este é um debate que, tal como o Governo assinala no seu programa, importa encetar e no qual a UGT se baterá pela introdução de fontes alternativas e complementares, sempre no respeito por uma matriz em que seja mantida a relação sinalagmática entre contribuições e prestações sociais, que poderão contribuir para uma menor vulnerabilidade a choques conjunturais e para uma maior justiça social na sustentação do sistema.

A UGT não pode ainda ignorar a intenção do Governo no sentido de avançar no sentido de o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), fundo que visa garantir a existência de uma almofada financeira que assegure o pagamento de pensões por um período mínimo de 2 anos em caso de incapacidade financeira da Segurança Social, poder assumir investimentos nas áreas da reabilitação urbana e do arrendamento.

A UGT, no passado, admitiu, face a circunstancialismos excepcionais, a flexibilização dos investimentos do FEFSS, nomeadamente quanto à aquisição de dívida pública nacional. Não fechando a porta ao debate sobre a proposta do Governo, entendemos porém que, para que o mesmo se realize, será necessário dispor de estudos de avaliação de retorno e viabilidade desses investimentos, que garantam o pleno respeito pelas regras prudenciais existentes e, em última instância, a não existência de riscos insustentáveis para o fundo, que possam comprometer o seu papel fundamental.

A UGT deve aqui reafirmar a sua abertura para uma discussão sobre a Segurança Social na Concertação Social, em linha com as posições acima expressas, bem como com todas as reivindicações constantes do nosso Guião para a Legislatura e da Política Reivindicativa 2015-2016, sempre assente na defesa intransigente de uma Segurança Social universal, pública e solidária.

A INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS. RESPEITAR O DIÁLOGO SOCIAL E AS ALTERNATIVAS DE POLÍTICA.

A UGT deve assinalar como extremamente negativas as repetidas ingerências, pressões e ameaças veladas que as instituições que compunham a Troika continuam a realizar, mesmo após o termo do PAEF, alertando para possíveis consequências de uma inflexão das reformas “estruturais” que impuseram.

Os recentes relatórios do FMI e da Comissão Europeia continuam a insistir numa orientação que, no passado recente, teve os resultados desastrosos que todos conhecemos: desregulação, desvalorização do trabalho e agravamento da pobreza, das desigualdades e da exclusão social.

É particularmente gravoso que, de forma até mais notória que no passado - e porventura face a um quadro de mudança de políticas, avançando com uma reversão gradual da austeridade e revelando uma maior sensibilidade social -, as instituições internacionais, sobretudo a Comissão Europeia, tenham críticas a essa inflexão de políticas, rejeitem claramente opções constantes do programa de um Governo sufragado pelos portugueses e insistam nas recomendações do passado.

E tão mais gravosa é tal actuação quando as críticas realizadas se dirigem a matérias que foram objecto de acordos em sede de concertação social ou tentam condicionar o diálogo social futuro, num claro desrespeito por um dos pilares em que se funda o Modelo Social Europeu.

Criticar o acordo sobre o aumento do salário mínimo e deixar alertas sobre o estabelecimento de acordos futuros quanto à evolução futura desse agregado, espartilhar a discussão em matéria de segurança social às orientações que consideram necessárias (em matérias como o factor de sustentabilidade ou a antecipação de pensões) ou insistir com um quadro indesejável para a negociação colectiva (limitação da emissão de portarias de extensão, negociação por comissões de trabalhadores, descentralização da negociação, não aumento dos prazos de sobrevivência e caducidade ou não revogação do banco de horas individual) deve ser encarado como um ataque ao coração da concertação social e do diálogo social, com o qual não compactuamos e que rejeitamos liminarmente.

As análises realizadas à situação portuguesa contêm elementos com os quais naturalmente concordamos, como é o caso da necessidade de abordar o défice de qualificações e competências profissionais, mas na sua generalidade continuam a revelar a distância, o desconhecimento ou o descaso que aquelas instituições têm face à realidade do nosso País.

A UGT tem bem presentes as necessidades de continuar o esforço de consolidação orçamental e de reforço das nossas competitividade e produtividade, mas não subscreve que esses sejam os fins últimos de política a prosseguir por qualquer Estado nem que exista, conforme nos tem sido feito crer, um único caminho para os atingir.

A UGT continuará assim a bater-se para que o diálogo social seja uma via preferencial para a construção de alternativas de política, apresentando as nossas propostas com a abertura necessária à concretização dos compromissos que consideramos essenciais e estruturantes para Portugal, de forma a atingirmos os desígnios que todos partilhamos: crescimento, emprego e bem-estar social.

MOBILIZAÇÃO SINDICAL

- **COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL. PELAS CONQUISTAS DA DEMOCRACIA.**

Neste ano em que se comemoram os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, pilar fundamental da nossa Democracia e garante último dos direitos dos trabalhadores e do sindicalismo livre e autónomo, a UGT juntar-se-á mais uma vez às comemorações do Dia da Liberdade com a sua participação no desfile anual que se realiza na Avenida da Liberdade em Lisboa.

Estaremos presentes com meios que nos permitem uma força e uma visibilidade que nunca apresentámos no passado, assinalando mais uma vez as conquistas de Abril, que são as conquistas de todos nós e para as quais a UGT deu um importante contributo.

Apelamos à mobilização por parte dos sindicatos, das federações, das uniões para que a nossa participação nesta iniciativa seja mais uma vez um sucesso, para celebrar o espírito e a liberdade de Abril que todos vivemos no nosso dia-a-dia através do sindicalismo livre e democrático que praticamos e em que nos revemos.

25 DE ABRIL SEMPRE!

- **1º DE MAIO. A FESTA DO TRABALHADOR VAI A VISEU NOS 40 ANOS DA LIBERDADE SINDICAL.**

Este 1º de Maio é também ele marcado pelo facto de, em 2016, celebrarmos os 40 anos sobre o reconhecimento aos trabalhadores, na Constituição da República Portuguesa, da liberdade sindical como condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses.

É um aniversário de extrema importância para a UGT, porque a consagração desse direito e o fim da unicidade sindical, afirmando a indissociabilidade entre Democracia e a existência de um sindicalismo plural, livre e autónomo, foram os pilares sobre os quais assentou a criação da nossa Central.

É igualmente uma data marcante pelo facto de a UGT celebrar este 1º de Maio em Viseu, pela primeira vez fora dos grandes centros de Lisboa e Porto, dando prosseguimento à visão de aproximar a UGT e a Festa do Trabalhador dos trabalhadores de todo o País.

Por tudo isso, mas também por nos encontrarmos num momento em que se começa a sentir uma viragem de políticas, após a dura austeridade dos últimos anos, é importante que os sindicatos, uniões e federações da UGT se mobilizem em torno de uma celebração com o lema que há muito norteia a nossa actuação: Crescimento, Emprego e Igualdade.

A UGT apela assim a todos: **vamos estar em força em Viseu!**

Para que Portugal concretize os objectivos que nos unem e pelo quais o sindicalismo democrático se bateu, bate e continuará a bater.

Mais e melhor Justiça Social

Em defesa do SNS

Pela Segurança Social Pública

Por melhores salários

Por trabalho digno

VIVA O 1º DE MAIO!

Aprovada por Unanimidade e Aclamação

O SECRETARIADO NACIONAL

22 DE ABRIL DE 2016